



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL
DE AUTORIDADES NOS PORTOS (CONAPORTOS)
2020

Data: 16 de dezembro de 2020

Horário: 15:30h

Local: Vídeo conferência pelo *Teams*– sala virtual

Membros presentes:

Ministério da Infraestrutura

Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Coordenador da Conaportos

Diogo Piloni – Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e Coordenador Suplente da Conaportos

Otto Burlier – Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e Coordenador do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD)

Fernanda Machado – Coordenadora Geral de Gestão de Portos e Coordenadora Suplente do (CTMD)

Dino Antunes – Diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias (SNPTA) e Coordenador do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem (CTEC)

Karênia Teixeira – Coordenadora Geral do Departamento de Navegação e Hidrovias e Coordenadora Suplente do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem (CTEC)

Ricardo Strauss – Coordenador do Comitê Técnico de Integração de Sistemas (CTIS)

Ministério da Justiça - DPF

Marcelo João da Silva – Titular

Ministério da Defesa – Marinha do Brasil

Alexandre Cursino de Oliveira – Titular

José Luiz Ribeiro Filho - Suplente

Ministério da Economia – RFB/ SECEX

Tiago Martins Barbosa– Titular

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - VIGIAGRO

Fabio Florêncio Fernandes –Suplente

Agência de Vigilância Sanitária– ANVISA

Norberto Campos Polla – Suplente

Agência Nacional de Transportes Aquaviário - ANTAQ

Eduardo Nery

Convidados:**Ministério da Infraestrutura**

Fernando André Coelho

Júlio César de Sousa Dias

Cristiano Gontijo Silva

Mariana Pescatori

Edigar Martins

Ana Carolina Bomfim

Alexandre de Macedo Souza

Leandro Soares Vargas

Ministério da Defesa – Marinha do Brasil

Paulo Marcelo Loer

Ministério da Economia – RFB

Jackson Aluir Corbari

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - VIGIAGRO

André Minoru Okubo

José Marcelo Nogueira Maziero

Agência Nacional de Transportes Aquaviário- ANTAQ

Fernando Serra

Palladium

Marcelo D'Antona

Setor Privado

Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP

Sergio Aquino

Cristina Dutra

Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios - ABAC

Claudio Loureiro

Luís Fernando Resano

Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres -ABRATEC

Sérgio Salomão

Caio Morel

Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP

Jesualdo Conceição da Silva

Associação de Terminais Portuários Privados – ATP

Luciana Guerise

Associação Brasileira de Terminais de Líquidos – ABTL

Ricardo Toledo

Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – SYNDARMA

Fabio Castro

Centro Nacional de Navegação Transatlântica – CENTRONAVE

Cláudio Loureiro

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

Elisângela Lopes

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Matheus Braga de Castro

Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA

Angelino Caputo

Mauricio Toledo

Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem – ABAC

Luís Fernando Resano

Confederação Nacional do Transporte – CNT

Valter Souza

Associação dos Produtores de Soja e Milho – APROSOJA

Edeon Vaz Ferreira

Fabricio Rosa

Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos - ABREMAR

Marco Ferraz

Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga - ANUT

Baldez Luiz

Comissão Local das Autoridades nos Portos -CLAPS

Companhia Docas do Pará – CDP

Alter José Luiz

José Alfredo

Fábio Salgado

Companhia Docas do Ceará - CDC

Mayhara Chaves

Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

Jean Paulo Castro e Silva

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

Elis Treidler Oberg

Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA

Ana Paula Nascimento Cunha do Amaral

Porto de Suape

Leonardo Cerquinho

Porto do Paraná

Carlos Eidam de Assis

Porto de Santos

Adriano Diniz Henriques

Superintendência de Itajaí

Medelín Pitrez dos Santos

Guilherme Knoll

Ricardo Amorim

Superintendência do Rio Grande Sul - SUPRG/RS

Fernando Estima

1. ABERTURA

O Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Coordenador da Conaportos, Sr. Marcelo Sampaio, iniciou saudando os membros e convidados presentes, informando-os sobre a importância dessa reunião ordinária. Agradeceu o apoio e dedicação de todos os atores envolvidos na construção de um setor portuário mais eficiente. Relatou que foi um ano de muitos desafios, mas muitos portos se destacaram e bateram o recorde de movimentação, especialmente, no que tange a produção agrícola. Realizou uma breve apresentação dos trabalhos que foram realizados ao longo do ano e passou a palavra para o Sr. Diogo Piloni – Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e Coordenador-Suplente da Conaportos.

2. APRESENTAÇÕES

2.1 Apresentação das principais realizações em 2020 da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS/setor portuário.

O Sr. Diogo Piloni – Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e Coordenador-Suplente da Conaportos, iniciou informando as realizações e conquistas no setor portuário:

- Programas de Concessões e Arrendamentos. Foram publicados em 2020, 14 editais de arrendamentos que preveem mais de R\$ 3 bilhões de investimentos. Destaque para os arrendamentos dos terminais portuários STS14 e STS14a em Santos (SP).
- O MInfra também concluiu o Cais de Atalaia no Porto de Vitória (ES), seis portos de pequeno porte (IP4s) na região amazônica, realizou a dragagem do Porto de Rio Grande, além de outras entregas importantes.
- A profissionalização da gestão das Cias Docas, promovida pelo MInfra ao indicar diretores de perfil técnico, trouxe mais eficiência aos portos que obtiveram melhores resultados operacionais, com aumento de receita e redução de custos, com destaque para SPA, Codesa e CDP, que registraram aumento de faturamento de 75%, 1.282% e 265%, respectivamente, entre janeiro e setembro, comparado ao mesmo período de 2019. No total, houve um incremento médio de 5% na movimentação de carga bruta no mesmo período.
- O Brasil está melhorando a sua posição no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial. Em pesquisa que serve de base para o índice e que mediou a percepção de empresários sobre a infraestrutura de transporte, a eficiência dos serviços portuários ganhou 13 posições (104 para 91).
- Realização do prêmio Portos + Brasil, tem como objetivo reconhecer as Autoridades Portuárias que obtiveram os melhores resultados nas categorias Crescimento da movimentação, Variação da Margem EBTIDA, Execução de investimentos planejados e Ranking do IGAP. Pretendemos futuramente ampliar nesta premiação a inclusão de indicadores de desempenho advindos da Conaportos.
- Assinatura do acordo, em 2 de abril, entre a Secretaria de Portos, 14 patrocinadoras e 20 sindicatos e associações nacionais. O pacto teve o propósito de evitar a liquidação do Portus, beneficiando mais de 20 mil trabalhadores portuários, problema existente desde o ano 2000. Importante destacar que a União foi responsável pelo repasse de aproximadamente R\$ 650 milhões de reais para buscar o equacionamento.

- Em razão do enfrentamento do novo coronavírus (Covid), A CONAPORTOS, na esfera de suas competências, trabalhou em 2020 com o objetivo principal de promover a continuidade dos serviços portuários com segurança, minimizando impactos negativos ao setor, aos trabalhadores e demais agentes que interagem no complexo, autoridades locais e, sobretudo, a população de municipalidades que estão diretamente ligadas à atividade portuária. Neste sentido, publicou a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 25 DE MARÇO DE 2020 e RESOLUÇÃO Nº 3, DE 27 DE MAIO DE 2020, cuja finalidade foi orientar os órgãos e entidades públicas nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária.
- Ainda, foi editada a MP 945, em 4/04/20, convertida na Lei 14.047, a qual trouxe medidas temporárias em resposta à pandemia a fim de promover ações e condições de trabalho para a continuidade das operações portuárias, com objetivo de proporcionar um ambiente mais seguro para os trabalhadores dos portos brasileiros e a operação das instalações portuárias e previa uma renda mínima para os trabalhadores avulsos que precisavam ser afastados para preservar sua saúde
- Recomendação conjunta elaborada entre o Ministério Público do Trabalho e esta Secretaria, de 20 de março de 2020, com o objetivo de padronizar ações de proteção a trabalhadores portuários e garantir o pleno funcionamento dos portos brasileiros com segurança, recomendando às empresas do setor portuário, aos Órgãos Gestores de Mão de Obra do Trabalho Portuário e às Autoridades Portuárias a adoção de medidas de segurança para enfrentamento da pandemia, tais como: procedimentos para operações contingenciadas que observem a manutenção segura das operações, controle de riscos e minimização da exposição dos trabalhadores sugerindo o afastamento imediato de profissionais de grupo de risco, desenvolvimento e implementação de Plano de Prevenção de Infecções de acordo com as legislações, desenvolvimento de campanha de conscientização dos trabalhadores acerca da prevenção com a produção e divulgação de material de orientações do Ministério da Saúde e a realização pelos OGMO's da escalação eletrônica a fim de evitar o comparecimento do trabalhador em posto de escalação.
- Até o momento dos cerca de 60 mil trabalhadores portuários, 5,8% foram diagnosticados com Covid, ocorrendo 15 mortes.
- Ainda em 2020, foram publicados os seguintes normativos: DECRETO Nº 10.319, DE 9 DE ABRIL DE 2020 – Institui a Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias e a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos.
- RESOLUÇÃO CONAPORTOS Nº 4, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020 - Aprovou o Regimento Interno da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.
- RESOLUÇÃO CONAPORTOS Nº 5, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020 - Institui os Comitês Técnicos para subsidiar e auxiliar as deliberações da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.
- RESOLUÇÃO CONAPORTOS Nº 6, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020 - Institui as Comissões Locais das Autoridades nos Portos da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos.

O Sr. Diogo Piloni encerrou a apresentação acerca das realizações e conquistas no setor portuário e passou a palavra para o Sr. Otto Burlier – Diretor do Departamento de Gestão e

Modernização Portuária (SNPTA), que iniciou informando que a intenção é dar *feedback* às entidades privadas em relação às demandas trazidas ao longo do corrente ano. Informou que tais demandas foram classificadas e endereçadas nos diversos departamentos e/ou Comitês da Conaportos e cada demandante receberá um retorno formalizado sobre a situação dos pleitos.

2.2 Participação do Setor Privado.

O Sr. Sergio Aquino, representante da Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP, iniciou informando-os que apresentará alguns temas que foram escolhidos pelas entidades da coalizão para serem deliberados na reunião. O primeiro são ofícios formalizados e protocolados no governo, pleiteando a priorização da vacina do Covid -19 para todos que atuam no setor portuário. O segundo tema é relativo ao Reporto programa de incentivo fiscal para investimentos da modernização portuária que atua dentro das melhores práticas em termos de operação portuária e em portos referenciais do mundo. O Reporto tem um prazo de vigência até dia 31/12/2020, mas a Câmara dos Deputados acatou uma emenda que permitiu a prorrogação do Reporto até 31/12/2021, não será viável manter o Reporto apenas para quem está investindo em porto público, é necessário isonomia de regramento. O Reporto é um programa que trata de maneira isonômica os equipamentos necessários para as modernizações tanto produzidos na indústria nacional quanto os que são importados que não são similar nacional e portanto se beneficiam e os benefícios fiscais federais também tem sido seguidos pelos governos de estados, as entidades setor empresarial portuário defendem a reforma tributária e entendem a argumentação do governo sobre a reforma tributária, porém defendem que o sistema Reporto seja mantido até que a reforma tributária seja votada e definida para que possam ter uma garantia da continuidade de investimentos portuários, as entidades estão trabalhando em propostas de alterações legais no sistema portuário, na legislação portuária e legislação correlatas tanto da parte das leis diretas do setor como de agências reguladoras, entendem que precisam avançar para ter regulações adequadas e medidas corretas. Destacou também o interesse das entidades da coalizão em ter uma cadeira na composição de diretoria da Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ.

O Sr. Diogo Piloni informou que, os pontos apresentados foram todos pertinentes, mas não poderá dar uma resposta no momento, pois são pontos que precisam ser avaliados com mais calma.

O Sr. Diogo Piloni concluiu a primeira parte aberta da reunião que contou com a contribuição das entidades privadas e agradeceu a presença de todos. Informando-os que o setor privado será sempre bem-vindos às reuniões da Conaportos.

2.3 Participação das Autoridades Portuárias que possuem CLAPS – Comissão Local das Autoridades nos Portos.

Dando início às apresentações dos CLAPS, o Sr. Otto Burlier informou sobre a publicação da Resolução 6, de 17 de novembro, que reinstituiu as Comissões Locais nos Portos e pretende-se que seja dado espaço recorrente na CONAPORTOS de até 30 minutos para as Autoridades Portuárias que possuem CLAPS trazerem os principais temas discutidos nas

reuniões. Passou a palavra para o Sr. José Alfredo, representante da Companhia Docas do Pará – CDP.

O Sr. José Alfredo iniciou informando sobre as questões relacionadas ao fundeio, principalmente, voltado para granéis vegetais, pois é uma demanda que irá para o Arco Norte em função da safra gerar muitas demandas e nem todos terão capacidade de atender, mesmo considerando os terminais privados e esta é uma atividade muito importante e precisa de uma integração com todos os órgãos anuentes. O segundo ponto é que a partir do próximo ano, a CDP irá atuar mais no tráfego aquaviário e estão iniciando os estudos para avaliar qual o melhor sistema que abrange os portos de Belém, Vila do Conde e Santarém. Ressaltou que outro ponto importante é o estudo realizado pela iniciativa privada juntamente com a Marinha do Brasil, com relação ao escoamento pelo Arco Norte e o aumento do canal do Barra Norte.

2.4 Apresentação do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho - CTMD (Atualização das tratativas nas proposições dos indicadores para Conaportos; Apresentação do compilado da força de trabalho dos órgãos anuentes no Portos).

O Sr. Otto Burlier – Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e Coordenador do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD), iniciou informando sobre o projeto de implantação dos indicadores de desempenho da CONAPORTOS, e informou que existe a intenção de trazer para a Conaportos uma série de indicadores de desempenho monitorados e avaliados, os quais ajudariam no aprimoramento dos trabalhos nos portos públicos. Acrescentou que foi um trabalho iniciado em agosto do presente ano, com o apoio informal da PROCOMEX e atores especialistas do setor portuário, com o objetivo de ajudar na proposta de indicadores na chegada, na saída dos navios, na movimentação de carga nos portos e, também, na chegada e saída da carga por meios rodoviários e ferroviários. Informou, ainda, que após a última reunião, em setembro de 2020, houve uma proposta formal da PROCOMEX, em dar continuidade nos trabalhos. Acrescentou que a ideia é trazer indicadores de desempenho que possam contribuir para mensurar e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos, aproveitando a iniciativa da implantação do *port community system* para validar os primeiros indicadores em Santos e Suape e, em seguida, abrir para três outros portos.

Destacou acerca dos questionamentos de alguns Portos sobre os serviços prestados por órgãos públicos. Informou que foi realizado um levantamento nos 15 portos com maior movimentação e, a partir desse levantamento, foi realizado um comparativo quantitativo de pessoal de cada órgão anuente. Informou, ainda, que houve um contato com a Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, se colocando à disposição para se reunir com os órgãos anuentes e avaliar quais deles estão com maior dificuldade e buscar uma solução.

O Sr. Diogo Piloni ratificou que são pontos que precisam ser avaliados com muita cautela pois cada porto tem sua especificidade.

O Sr. Otto Burlier passou a palavra para o Sr. Leonardo Cerquinho, presidente do Porto de Suape.

O Sr. Leonardo Cerquinho iniciou informando que há alguns problemas relacionados ao Vigiagro, mas que não é uma questão de empenho por parte dos servidores e sim uma falta de padronização de procedimentos. Informou a necessidade de realizar um *benchmarking* dos

procedimentos do Vigiagro nos outros portos com o objetivo de identificar quais as melhores práticas e poder avançar sem a necessidade de novos efetivos.

O Sr. Fabio Florêncio, representante do Ministério da Agricultura – MAPA, informou que reconhece os problemas existentes em vários portos, há dois anos estão solicitando concurso público para melhorar a situação, mas todas as solicitações foram negadas. Ressaltou que estão tentando uma alternativa que é o concurso temporário para a contratação de agrônomos e veterinários até sair uma permissão definitiva de concurso para o MAPA. Informou, ainda, que desde 2017 o MAPA tem realizado constante atualização no sistema através do Portal Único para melhoria dos processos para que a falta de pessoal não impacte na liberação de cargas.

O Sr. Leonardo Cerquinho sugeriu agendar uma reunião com o MAPA para tratarem dos assuntos abordados nesta reunião.

O Sr. Diogo Piloni ratificou que houve alguns relatos do governo do estado de Espírito Santo em relação a atuação do MAPA. Este estado disponibilizou 11 profissionais temporários, entre eles, agrônomos e veterinários para ficarem à disposição do MAPA para reforço do quadro de pessoal.

2.5 Apresentação do Comitê Técnico de Integração de Sistemas - CTIS (Agenda 2021; Modernização PSP; Implantação PSP nos Tupis; Jornada da embarcação; Janela Única Portuária e PCS).

Dando continuidade, o Sr. Ricardo Strauss – Coordenador do Comitê Técnico de Integração de Sistemas (CTIS) iniciou relatando sobre as atividades que foram realizadas no Porto Sem Papel-PSP desde a última reunião. Informou sobre o funcionamento do PIX no PagTesouro e que foram realizadas alterações de informações de escala de embarcação, onde qualquer pessoa que tenha acesso ao sistema ou algum DUV consegue ver toda a história de uma determinada embarcação no PSP e não apenas aquelas informadas do DUV. Acrescentou que estão alterando o relatório do PagTesouro para permitir pagamento de taxas da Anvisa com confirmação do pagamento em até 2 minutos, inclusive utilizando o PIX, gerando uma economia de mais de R\$ 180 milhões de reais por ano. Informou, ainda, que estão desenvolvendo, juntamente com a Marinha do Brasil, a integração do sistema de faróis que será implantado no primeiro semestre do ano de 2021 e pretendem implantar o login unificado, provação para início das análises visando integração do PSP com o Portal Único do Comércio Exterior – PU COMEX. Ressaltou que estão acrescentando algumas informações nos Dados Abertos do Governo Federal, realizando uma integração com a Marinha do Brasil para o sistema de trânsito marítimo e para o segundo semestre a projeção é a integração do Comércio Exterior através da unificação de cadastros e abertura das informações do PSP. Informou que o PSP começou a funcionar no complexo portuário do Porto Açu e Macaé. Relatou que na última reunião foi falado sobre a jornada de embarcação, um trabalho feito pela Secretaria de Governo Digital – SGD/ ME, onde montaram uma planilha na qual foram mapeadas 38 sugestões de melhorias de processos e destas 38 melhorias foram abertas 67 ações de todos os atores da CONAPORTOS. Informou que na última reunião do Comitê Técnico de Integração de Sistemas foi realizada uma análise preliminar das diversas ações.

Por fim, informou que em relação a Base Única de embarcação, está em desenvolvimento pela Marinha do Brasil e pretende entregar até março do próximo ano os

ajustes para atender à Antaq no tocante as embarcações brasileiras, já em relação as informações das embarcações estrangeiras (Porto Sem Papel e Receita Federal) estão em fase de análise. Informou, ainda, que os trabalhos do *Port Community System – PCS* estão sendo realizados pela Palladium com patrocínio do *Prosperity Fund* do Reino Unido e *Valenciaport*.

O Sr. Alexandre Cursino, representante da Marinha do Brasil, sugeriu a criação de uma resolução de integração dos PCSs e dos serviços marítimos para ser discutida na CONAPORTOS.

O Sr. Diogo Piloni, informou que poderão preparar uma resolução dentro dos comitês Técnico de Integração do Sistema – CTIS, com as premissas básicas para serem discutidas dentro da CONAPORTOS.

2.6 Apresentação do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem – CTEC (Contextualização das atividades do Comitê).

O Sr. Dino Antunes – Diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias (SNPTA) iniciou informando que existia uma sinalização de políticas públicas bastante genérica no BR do Mar que está no art. 16 do PL 4199/2020, que diz que ao reduzir a complexidade e o custo das operações em relação àquelas praticadas no comércio exterior, os órgãos e as entidades que atuam em portos e em instalações portuárias adotarão procedimentos e rotinas de trabalho que considerem as especificidades do transporte por cabotagem, inclusive quanto à fiscalização e à liberação de bens e produtos. O Sr. Dino Antunes ressaltou que as mudanças que foram feitas e estão no PL 4199/2020 são mudanças que acabam refletindo nos usuários. Informou que também está no PL a isenção do Certificado de Livre Prática (CLP) – art. 16 do PL 4199/2020, onde diz que ficam isentas de apresentar CLP em todos os portos e instalações portuárias nacionais, as embarcações que operam nas navegações de cabotagem, de apoio portuário e de apoio marítimo e na navegação interior, fluvial e lacustre de percurso nacional. Informou, ainda, que houve uma atualização do art. da Lei nº 5.474/68, que permite a comprovação da entrega e recebimento de mercadoria por meio eletrônico, havendo uma determinação que está no art. 13 do PL 4199/2020, em que as embarcações afretadas autorizadas a operar no transporte de Cabotagem serão automaticamente submetidas ao regime de admissão temporária, sem registro de declaração de importação e com suspensão total do pagamento dos tributos.

3. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, o Secretário da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA/MInfra, Sr. Diogo Piloni, agradeceu a presença de todos e a parceria dos membros em mais um ano de trabalho. Desejou boas festas finalizando a reunião e lavrou-se a presente ata que, aprovada, será assinada preferencialmente por meio eletrônico pelos membros da Comissão.